

Sessão 28
Política: Partidos, Democracia e Participação

258

OS IMPOSTOS E O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM PORTO ALEGRE- RS. *Bianca de Freitas Linhares, Cesar Marcello Baquero Jacome (orient.)* (UFRGS).

Uma das características fundamentais da relação estado-sociedade é o chamado contrato social por meio do qual, os cidadãos se comprometem a financiar, via pagamento de impostos, o bom funcionamento da máquina governamental. O pressuposto é de que haverá um retorno para a sociedade na forma de políticas públicas socialmente eficientes. No entanto, quando isto não acontece, corre-se o risco da fragilização do referido contrato. Nessas circunstâncias as pessoas podem tentar buscar meios de fugir dessa obrigação cívica. Se isto se dá em grande escala, pode comprometer o próprio desenvolvimento econômico e social do país. No Brasil contemporâneo este fenômeno parece estar em andamento, pois as políticas sociais não tem conseguido sanar os graves déficits da exclusão social e o crescimento da pobreza. Para examinar as razões deste problema e sua incidência na configuração da cultura política dos porto-alegrenses foi realizada nos meses de maio e junho de 2003, coleta de dados quantitativos para pesquisa do Núcleo de Estudos sobre a América Latina (NUPESAL) e Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher (NIEM) - UFRGS. Foram feitas 637 entrevistas, estratificadas por sexo, idade e escolaridade em 24 bairros de Porto Alegre (recebendo tratamento no software SPSS), que revelaram dados preocupantes das opiniões das pessoas com relação ao pagamento de impostos, ao Orçamento Participativo (OP) e à confiança nas instituições. Assim, o presente estudo tem como objetivo verificar como os porto-alegrenses percebem a questão tributária e o OP (sendo este um mecanismo de descentralização de decisões do dinheiro público) colocando-se, ainda, que os impostos financiam parte das obras definidas nas reuniões do OP. Os resultados preliminares apontam para o descrédito da população em relação à utilização dos tributos pagos, a desinformação quanto à esfera administrativa a qual os impostos pertencem e a falta de melhoria na área de tributação por meio do OP.